



CÂMARA SETORIAL DE CULTURAS DE INVERNO REALIZA SUA ÚLTIMA REUNIÃO DE 2017

No dia 28 de novembro foi realizada em Brasília/DF a 56ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno. A ACEBRA esteve representada pelo Diretor Executivo Roberto Queiroga e pelo presidente da ACERGS Vicente Barbiero.

Após a aprovação da ata da reunião anterior, o presidente da Câmara, Hamilton Guterres, deu início as apresentações. Helinton Rocha, coordenador de Produção Integrada Agropecuária da Secretaria de Mobilidade e Cooperativismo do Mapa, destacou a importância da norma técnica específica para a produção do trigo, formulada pela Instrução Normativa nº 27, de 30 de agosto de 2010, que refere-se à etapa Fazenda da Produção Integrada do Trigo, que abrange todos os processos conduzidos na produção agrícola, a colheita e a pós-colheita, conforme fixada pelo Anexo da Portaria nº 443, de 23 de novembro de 2011, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). As Normas Técnicas Específicas – NTE reúnem as Boas Práticas Agrícolas, que incluem as premissas: capacitação (obrigatória: para RT e auditor; recomendada: produtor rural); gestão da propriedade e assistência técnica (obrigatoriedade: ter RT); responsabilidade social do estabelecimento (obrigatoriedade comprovar a quitação trabalhista e previdenciária); gestão do estabelecimento (planejamento e racionalização de água e energia); manejo e conservação do solo;; fertilidade e nutrição; material propagativo e implantação da lavoura.

Os benefícios para os produtores incluem melhoria do planejamento e da gestão da propriedade; redução de custos acima de 35% obtidos pela racionalização no uso de insumos agrícolas; profissionalismo com tecnologias seguras e validadas; controle de riscos relacionados à segurança e contaminações de trabalhadores rurais; e segurança jurídica para a produção, quanto a aspectos ambientais e trabalhistas.

“Já há quase três anos fazemos no Rio Grande do Sul a segregação do trigo no plantio, e com isso estamos tendo bons resultados. Melhoramos a qualidade do trigo com a fiscalização desde o plantio da semente até sua secagem e armazenagem. Fizemos treinamentos com os nossos associados e mostramos o quanto é prejudicial o manejo inadequado. Com isso, fortalecemos a cadeia e temos um produto cada vez mais saudável”, informou Vicente Barbiero.

Seguindo com as apresentações, Rodrigo Souza da CONAB falou sobre a conjuntura do trigo, onde mercado apresentou um pouco mais de liquidez. Rodrigo destacou a situação da Argentina e sua tendência de colheita que era de forte aumento na produção, devido à retirada do imposto de exportação. Mesmo com a queda do preço devido a qualidade e as condições climáticas em alguns estados como Santa Catarina, atualmente o mercado de trigo está num patamar de preços bons, chegando bem próximo da paridade de importação Argentina.



Allan Silveira dos Santos, também da CONAB, discorreu sobre “desobrigações dos produtores nos leilões de PETRO de trigo Safra 2016/2017”. Allan explicou que a desobrigação se aplica em caso de impossibilidade de venda do produto dentro do prazo informado no aviso, no mínimo pela diferença entre o Preço Mínimo e o valor do prêmio equalizador de fechamento do leilão. E destacou que ao solicitar a “Desobrigação de Venda”, integral ou parcial, o arrematante ficará impedido de participar de novos leilões de PEPRO por 90 dias corridos a partir da data de protocolo do documento na Superintendência Regional da Conab que jurisdiciona a UF de domicílio do arrematante do prêmio. “Queremos com essa ação que a burocracia não impeça a adesão aos leilões, por medo, por parte dos produtores de não serem ressarcidos”, declarou Vicente Barbiero. Segundo Roberto Queiroga o objetivo não é retirar o controle da CONAB e sim permitir mais transparências nas operações e racionalidade no processo. “A desburocratização não fragiliza a operação. Deve-se manter os critérios e rigor normativos, porém podemos avançar nas disposições contidas nos editais”, afirmou.

Flávio Turra, da Ocepar, passou as informações sobre a coleta das amostras de trigo para o programa de qualidade do trigo nacional, à Embrapa. A empresa pediu apoio ao programa, porém informou que não tem recursos para colher as amostras. Deste modo, as demais entidades presentes na Câmara ficaram responsáveis, nos seus respectivos estados, a realizar essa coleta de amostras até janeiro de 2018.

Em assuntos gerais foi discutido a utilização exagerada de microtoxinas; a criação de um grupo de Whatsapp com os participantes da Câmara afim de agilizar alguns temas da pauta; a sugestão de redução das alíquotas de impostos e a padronização de uma agenda estratégica oficial com a priorização dos assuntos de interesse dos participantes com o aumento do volume de reuniões oficiais.